

ATO DE APROVAÇÃO

A Diretoria Executiva da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Estatuto Social da Companhia Campolarguense de Energia e na Ata 223ª da Reunião do Conselho de Administração, vem por meio do presente **APROVAR** a celebração do **Segundo Termo Aditivo ao Contrato Estatal nº 079/2021**, com a empresa **TELEFÔNICA BRASIL S.A.**, visando a necessidade de prorrogação do prazo de execução por mais 12 (doze) meses, conforme Cláusula Quarta, item 4.1, bem como, alteração da Cláusula Terceira, relativa ao Preço, e por via de consequência a Cláusula Décima Terceira, item 13.1, relativo ao valor global do contrato.

Importa registrar que o Regime Jurídico aplicado aos contratos regidos pela Lei nº 13.303/16 é o decorrente do direito privado, observando-se os princípios gerais de direito privado, dentre eles o Princípio do Consensualismo e da Boa fé objetiva, conforme dispõe o art. 151, §1º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

No mesmo sentido determina o art. 72 da Lei nº 13.303/2016, considerando o necessário acordo entre as partes, condição atendida pela manifestação da Contratada, referenciada no e-mail de 15/07/2024.

Deste modo, torna-se possível renovar o prazo inicialmente contratado por mais 12 (doze) meses, condição prevista na Cláusula Quarta, item 4.1, conforme faculta o art. 168 do Regimento Interno de Licitações e Contratos. Vejamos a nova redação:

CLÁUSULA QUARTA: PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1 - O prazo de vigência será de **60 (sessenta) meses**, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogável por períodos iguais e sucessivos, limitando-se a 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes, através de termo aditivo, com fundamento no art. 168 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, ficando convencionado a substituição dos aparelhos a cada 24 meses, por equipamentos novos segundo especificação técnica disciplinada no presente certame, sem ônus para a CONTRATANTE.

Diante da renovação do prazo contratual, verifica-se que as partes pactuaram alteração da proposta comercial, considerando a prestação de serviço de telefonia móvel. Vejamos a nova redação do item 3.1:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 - O preço total, fixo e irrevogável, para o fornecimento do objeto deste contrato é o apresentado no lance da **CONTRATADA**, devidamente aprovada pela **CONTRATANTE**, seguem conforme a tabela abaixo:

Serviços Mensais	Quantidade	Valor mensal	Valor total estimado 12 meses
Plano Smart Empresas ilimitado (voz) com 10 GB de franquia de dados compartilhado com gestor de dados MDM gestão de dispositivos.	30	R\$ 2.997,30	R\$ 35.967,60
Plano INTERNET MOVEL PJ 5GB de franquia de dados	16	R\$ 1.598,56	R\$ 19.182,72

compartilhado com gestor de dados MDM gestão de dispositivos.			
Valor total	R\$ 4.595,86	R\$ 55.150,32	

No tocante a Cláusula Vigésima Quarta, relativo ao valor do contrato, torna-se necessário atualizar o valor total, considerando o novo período de execução. Vejamos a nova redação do item 24.1:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: VALOR DO CONTRATO

13.1 – As partes **CONTRATANTES** dão ao presente contrato o valor global estimado de **R\$ 466.669,12 (quatrocentos e sessenta e seis mil, seiscientos e sessenta e nove reais, e doze centavos)**, para todos os legais e jurídicos efeitos.

A alteração pretendida decorre da necessidade empresarial da companhia, tendo sido ajustada entre as partes, em razão da vontade negocial pela continuidade da execução contratual.

No tocante a exigência de recursos orçamentários para atender a renovação, verifica-se a indicação da disponibilidade de recursos, através do item orçamentário nº 3540.08.006.

Registre-se ainda que as demais condições do ajuste permanecem inalteradas.

Campo Largo, 06 de setembro de 2024.


José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente


Nelson Chagas
Diretor Administrativo


Carlos Conrado Krzyzanowski
Diretor Técnico


Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico Financeiro